

## O movimento dos trabalhadores mutilados da região sisaleira da Bahia

Cassiano Ferreira Nascimento<sup>1</sup>

**Resumo:** A afirmação da história do tempo presente tem permitido um campo fecundo para o estudo dos períodos mais recentes, proporcionando o aparecimento de temas importantes para a pesquisa histórica no Brasil, tal qual o movimento dos trabalhadores do campo. Sobretudo na segunda metade do século passado, esses movimentos emergiram de forma mais visível no cenário público brasileiro. Apesar dessa conjuntura parecer se estender para todas as direções do país, o historiador deve ter cautela, para não ver os fenômenos sociais como meras ressonâncias, atentando para as suas particularidades. Em meio a essa efervescência, um problema específico fez com que trabalhadores rurais da chamada região sisaleira da Bahia, organizados em torno dos sindicatos oficiais, realizassem um movimento reivindicatório na década de 1980. Tratava-se dos trabalhadores do sisal que sofreram mutilação e não conseguiram o benefício da aposentadoria por invalidez. Assim, o presente artigo tem como objetivo tentar reconstruir este episódio, buscando compreender as marcas deixadas pela experiência da mutilação e como todo esse processo se organizou na memória daqueles que participaram.

**Palavras-chave:** aposentadoria; mutilados; sisal.

### The movement of mutilated workers of the sisal region of Bahia

**Abstract:** The stiffness of history at the present time has permitted a fertile field to the studies of the latest periods, providing the appearance of important subjects for the historical research in Brazil, such as the movement of field workers. Mainly in the second half of the last century, these movements emerged in a visible way to the Brazilian public scenery. Even though, this conjuncture has seemed to spread all across the country, the historian must be cautious not to understand these social phenomena as ordinary resonances, focusing on their particularities. Involved with this spur, a specific problem had made the field workers of the called “Região sisaleira da Bahia”, organized by their official labor union, arrange a vindication movement in the decade of 1980. It dealt with the *sisal* workers who had suffered mutilation and did not receive the benefit of retirement for their disability. By these reasons, this article has as objective to rebuild this episode in an attempt to comprehend the marks left by the experience of mutilation and how all of this process has been organized in the memory of those who experienced this happening.

**Keywords:** retirement; mutilated men; *Sisal*

---

<sup>1</sup>Mestrando em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia. cassianof.nascimento@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A afirmação dessa história como campo fecundo para o estudo dos períodos recentes tem permitido o aparecimento de importantes temas para a pesquisa, tal qual o movimento dos trabalhadores do campo. Sobretudo na segunda metade do século passado, esses movimentos emergiram de forma mais visível no cenário público brasileiro, aumentando a pressão sobre o Estado para ter seus direitos reconhecidos, como já havia ocorrido com os trabalhadores urbanos através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 (COLETTI, 1996).

A intervenção de agentes externos, a exemplo das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, da Igreja Católica, causou transformações significativas nas comunidades rurais, traçando experiências de luta e organização. Além disso, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964) representariam, enfim, uma presença maior do Estado na relação com os homens do campo. A partir desse momento a sindicalização oficial ganhou mais força, porém, passando por um período de estagnação nos primeiros anos após a instauração do Golpe Militar de 1964, retomando grande crescimento, sobretudo nos anos 1970 (MEDEIROS, 2002).

Essa conjuntura parecia se estender para todas as direções do país, porém, o historiador precisa ter cautela para não entender os fenômenos sociais como meras ressonâncias de algo maior. O social é um lugar complexo, constituído por uma pluralidade de contextos, podendo apresentar diversas possibilidades de reconstrução, a depender da escala de observação lançada (REVEL, 1998). Por isso, a importância de se estudar as particularidades e como os processos ocorreram nos diferentes espaços.

Em meio à efervescência dos movimentos do campo na década de 1980, sob várias bandeiras de luta, um problema específico fez com que trabalhadores rurais da chamada Região Sisaleira da Bahia, organizados em torno dos sindicatos da categoria, realizassem um movimento reivindicatório. Tratava-se dos trabalhadores do sisal que sofreram mutilação e não conseguiram o benefício da aposentadoria por invalidez, no tempo negado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

## A EXPERIÊNCIA DA MUTILAÇÃO

Os acidentes de trabalho que ocasionavam a mutilação ocorriam na primeira fase de beneficiamento do sisal, conhecida como “desfibramento”, processo pelo qual através de uma máquina conhecida popularmente como “paraibana” era extraída das folhas dessa planta uma fibra muito utilizada pela indústria de cordoarias. Dotada de um cilindro que girava à grande velocidade, essa máquina apresentava alto grau de periculosidade para o “cevador” – trabalhador que a operava –, pois o menor descuido ao alimentar a máquina com a folha da planta, poderia ter seus dedos, mão ou braço decepados.

Por esse motivo, os acidentes de trabalho eram bastante comuns nas regiões produtoras de sisal, deixando um grande número, especialmente de homens, inaptos para seguir no trabalho<sup>2</sup>. Isso gerava uma marca na vida do trabalhador, que gozando de idade produtiva, via-se diante de uma grande ruptura, pois não poderia seguir na função que exercia antes do acidente. Geraldo Alves dos Santos, morador da cidade de Valente, ex-dirigente sindical, e que trabalhou no motor até ter sua mão mutilada ainda aos dezessete anos, conta o que tal fato representou.

Rapaz é difícil, né? Porque a gente, quer dizer, sobrevive daquele trabalho, aí você perde a mão e não consegue mais trabalhar em certos trabalhos né? Faz alguma coisinha, mas o cara com uma mão só não vai, não vai dizer assim: quem é que quer empregar o cara? Não quer. Quem é que vai querer um empregado pra fazer qualquer né? Qualquer trabalho pra uma pessoa com uma mão só fica muito difícil, você tem que lutar pra sobreviver de outro jeito. Eu até enquanto não me aposentei me virava de todo jeito: matei porco, matei boi, fiz um bocado de coisa... Pra poder chegar lá<sup>3</sup>.

O relato de Geraldo centraliza a dificuldade enfrentada pelo trabalhador que se encontrava diante de uma realidade adversa, que mudava repentinamente a sua vida. A perda da mão de imediato implicava o desligamento permanente da função

---

<sup>2</sup> Nos campos de sisal havia presença marcante de mulheres, entretanto, raramente era encontrada na função de “cevadora”, que além de ser o posto mais arriscado, era também o melhor remunerado em relação aos demais.

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Geraldo Alves dos Santos, 66 anos, no dia 17 de janeiro de 2013, na cidade de Valente-BA.

de cevador, o melhor remunerado entre os empregados no motor<sup>4</sup>. Nesse sentido, o acidente impossibilitava-o de permanecer na atividade que até então proporcionava o seu sustento, obrigando-o a procurar outras vias de sobrevivência. Um caminho que o seu depoimento frisa não ter sido fácil, afinal, no campo, onde há o predomínio do trabalho braçal, um sujeito com apenas uma das mãos não apresentava muita utilidade para os empregadores. Assim, nesse meio o indivíduo que possuía apenas uma das mãos tinha que “lutar pra sobreviver”.

Rapaz eu não vou mentir não! Eu não vou mentir não, eu tenho que falar a verdade, eu tenho que falar a verdade! Eu me achei numas condições tão difíceis, apesar de eu não ser filho daqui, a minha situação era muito... Muito não financeira, era uma coisa muito de admirar mesmo. Eu olhava pra um canto, eu não podia trabalhar; olhava pra um canto, olhava pra outro, sabe qual foi o recurso que eu adquiri antes de eu me aposentar? Estirar a minha mão para pedir ajuda pra dar pão a meus filhos<sup>5</sup>.

As formas de sobrevivência após o acidente eram variadas e dependiam também das condições da família do acidentado. João enfatiza o caráter de verdade contido no seu relato, o que aponta para o quanto aquela memória o marcou de forma significativa. Assinala a difícil tarefa de reconhecer que num momento de sua vida, um homem que sempre viveu do seu trabalho, do seu suor, se viu obrigado a virar pedinte para poder alimentar a si próprio e a seus filhos. Assim como o acidente, a aposentadoria em sua memória ocupa o lugar de um divisor de águas, sinalizando a transição de um momento de grandes dificuldades para outro onde viveria em condições mais dignas.

Os testemunhos apresentados orientam para as decisões tomadas diante de experiências extremas; escolhas feitas no cotidiano, para lidar com as condições apresentadas pela realidade, tal qual é apreendida pelos sujeitos (MONTENEGRO, 2010). A fonte oral, nesse caso, demonstra sua grande importância para suprir lacunas deixadas por documentos escritos (FERREIRA, 2002), já que vestígios

---

<sup>4</sup>Para que o processo de desfibramento ocorresse, eram necessários pelo menos cinco trabalhadores, nas seguintes funções: cortador – cortava as folhas e as empilhava nos corredores dos campos de sisal; botador – enfeixava as folhas e as transportava até o motor; resideiro – retirava os resíduos expelidos pela planta ao ser desfibrada, fornecia folhas para o cevador e pesava a produção; cevador – operava a paraibana; estendedeira – estendia a fibra extraída em varais para que ficassem secas. Dentre eles o cevador tinha lugar central, pois o seu ritmo de trabalho determinava o dos demais, por isso chegava a receber até o dobro que o resideiro, segundo melhor remunerado no trabalho do motor.

<sup>5</sup> Entrevista concedida por João dos Santos Araújo, 73 anos, no dia 09 de julho de 2013, na cidade de Valente-Ba.

como as escolhas determinadas no cotidiano dificilmente serão encontrados nesse tipo de fonte.

O acidente sofrido por Geraldo e João não eram uma exceção, tampouco um fato isolado, era algo corriqueiro, como já afirmamos, cotidianamente os cevadores tinham que lidar com a hipótese dele acontecer. Há estimativas de que até meados da década de 1980, havia mais de mil mutilados em toda a Região Sisaleira da Bahia<sup>6</sup>. Estes trabalhadores buscavam desenhar outras trajetórias de vida e, nesse caminho, conseguir a aposentadoria por invalidez tornava-se o principal objetivo. Aliás, os depoimentos de Geraldo e João atribuem o seu papel central, pois enquanto não conseguiram o benefício, suas vidas teriam sido marcadas por dificuldades e luta pela sobrevivência; era o horizonte de dias melhores.

Apesar dos acidentes serem frequentes desde os anos 1960, apenas em meados da década seguinte os mutilados começaram, gradativamente, a conseguir o benefício da aposentadoria por invalidez. Só em 1974 o governo sancionou a Lei 6.195/74 que previa a seguridade por acidente de trabalho rural, ficando os benefícios, tais como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, a cargo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Entretanto, isso não durou muito tempo, pois com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que dentre as mudanças extinguiu o FUNRURAL, um novo regulamento de benefícios da Previdência foi lançado por meio de decreto em 1979 (Decreto 83.080/79). O Artigo 323 desse decreto, que trata especificamente da aposentadoria por invalidez para o trabalhador rural diz o seguinte:

A aposentadoria por invalidez é devida ao beneficiário que, por decorrência de acidente do trabalho, sofre lesão corporal, perturbação funcional ou doença que o incapacita total e definitivamente para o exercício de qualquer atividade, no valor mensal de 75% (setenta e cinco por cento) do maior salário-mínimo do País, arredondada a fração de cruzeiro para a unidade imediatamente superior (BRASIL, 1979).

Como é possível perceber, no corpo do Decreto não é possível assinalar o que tornaria motivo para recusa da concessão do benefício para os mutilados do

---

<sup>6</sup> Não existem dados oficiais sobre o número de mutilados do sisal. Essa estimativa era apontada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG-BA).

sisal, afinal, a constatação da inaptidão para o trabalho ficava sob a responsabilidade dos médicos-perito. Entretanto, justamente a partir dessa nova regulamentação, os mutilados não conseguiram mais se aposentar.

## **O MOVIMENTO DOS MUTILADOS**

Na região sisaleira, a via de organização dos trabalhadores se deu principalmente através dos trabalhos de base da Igreja Católica e da articulação através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Além das relações estabelecidas com os órgãos do Estado, a atuação dos sindicatos proporcionava o contato dos trabalhadores com as entidades do mesmo segmento de outras cidades, com as federações e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Essas relações proporcionavam aos trabalhadores o conhecimento de seus direitos legais perante a lei, constituíam-nos enquanto categoria política (MEDEIROS, 2001), bem como adquiriam experiências de luta e, sem esquecer, conseguiam os recursos necessários para tal<sup>7</sup>. Através dessa rede os mutilados começaram a se articular, culminando num movimento que veio a ganhar o cenário público no ano de 1984.

Buscando registros que pudessem apontar para a organização desses trabalhadores antes da eclosão do movimento, encontramos notas em duas edições de *O Grito da Terra*, um jornal mensal de pequena circulação editado na cidade de Feira de Santana. A primeira, datada de dezembro de 1982, numa coluna dedicada a notícias do STR de Conceição do Coité, fala-se que os trabalhadores rurais haviam se reunido para discutir problemas da categoria, dentre eles, a aposentadoria dos mutilados<sup>8</sup>. A segunda, do mês de janeiro do ano seguinte, convém que citemos aqui por completo.

Os mutilados de Coité reiniciaram a sua luta por uma justa aposentadoria e uma forma de trabalho. No dia 09 de janeiro eles estiveram reunidos na Fazenda Quixo, região do município [de Conceição do Coité] que tem mais sisal, e em consequência mais mutilados, debatendo seus problemas. Eles contam com o apoio do Sindicato. É o povo caminhando e estudando suas situações<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Além da FETAG, os sindicatos também conseguiam apoio de associações locais, Igreja, e acessavam recursos de entidades filantrópicas através do envio de projetos. No STR de Valente foi encontrada grande quantidade de projetos realizados com recursos fornecidos pela Coordenação Ecumênica de Serviço (CESE), maioria relacionados ao combate a seca e organização dos trabalhadores, posteriores ao ano de 1985.

<sup>8</sup> O Grito da Terra. *Sindicato de Conceição do Coité em Notícias*. Dez. 1982, p. 3.

<sup>9</sup> O Grito da Terra. *Sindicato de Conceição do Coité em Notícias*. Jan. 1983, p. 3.

No discurso do jornal, a luta dos mutilados teria sido “reiniciada” e não buscavam apenas a aposentadoria, mas a oferta de trabalhos em que eles se adaptassem. Entretanto, é mencionada apenas a cidade de Conceição do Coité, uma das maiores produtoras de fibra de sisal do período.

Excetuando-se essas duas referências no citado periódico, não conseguimos encontrar mais registros documentados, sequer nas atas de reunião dos STRs das cidades envolvidas no movimento, para verificar como ocorreu a articulação entre estas, o seu início e as formas de luta em cada uma delas. Em 1984, os STRs das cidades da região sisaleira já aparecem articuladas, como aponta essa notícia do jornal *A Tarde*.

Máquinas obsoletas estão criando uma população de centenas de mutilados na região sisaleira da Bahia. A previdência social, por seu turno, não ampara aqueles que perderam a mão, os dedos ou até o braço inteiro nestas máquinas arcaicas de beneficiamento do sisal. Contra esta situação, realizou-se, ontem, em Conceição do coité, a primeira assembléia dos mutilados, com participação de vários municípios [Teofilândia, Ichú, Riachão do Jacuípe, Retirolândia, Valente, Santaluz, Araci e Serrinha]. O representante do INPS explicou que o órgão só aposenta quem perder dois membros. Os mutilados alegam, no entanto, que são rejeitados pelos empregadores<sup>10</sup>.

Apesar de iniciar com um tom de denúncia da situação que ocorria na região sisaleira, o jornal busca evidenciar a “disputa” que ora ocorria e o que cada uma das partes defendia: de um lado o INPS, orientado por normas de ação que negavam o direito à aposentadoria para quem perdeu apenas um dos membros e do outro lado os trabalhadores do sisal que alegavam não serem contratados pelos empregadores – fato já afirmado por um de nossos entrevistados como foi visto anteriormente. Ao que parece, a tática de luta definida pelos mutilados foi de realizar reuniões com grande participação popular, pois assim poderiam juntar o maior número possível de envolvidos, denunciando a gravidade do problema.

No jornal *Tribuna da Luta Operária* essa articulação foi destaque numa de suas edições. Sob a manchete “Perderam as mãos para não morrerem de fome”, o jornal centra seu discurso nos problemas que seriam enfrentados pelos

---

<sup>10</sup> *A Tarde*. *Sisal cria legião de mutilados*. 18 ago. 1984, p. 1.

trabalhadores, que como sugere, não teriam alternativa de sobrevivência a não ser arriscar a integridade física nos motores de sisal<sup>11</sup>.

Há mais de mil homens e mulheres mutilados, sem dedos, sem mãos, até sem braço, reduzido à miséria na região sisaleira da Bahia. São as vítimas da máquina de desfibrar sisal, chamada motor paraibano. Sexta-feira, dia 17 [de agosto], eles se reuniram na cidade de Conceição do Coité, para reclamar a aposentadoria por invalidez que o INPS recusa-se a fornecer<sup>12</sup>.

Na notícia, é estabelecida uma relação direta entre a “miséria” em que se encontravam os trabalhadores e a “recusa” do INPS em conceder a aposentadoria. Nesse sentido, o jornal faz uso de uma valiosa estratégia discursiva ao situar o problema nessa “recusa”, pressupondo que o benefício de fato é pertencente aos trabalhadores, dando legitimidade à reclamação destes. Em outros termos, não é algo a ser ainda conquistado, mas um direito negado.

Nesse ano de 1984, Geraldo ocupava o cargo de presidente do STR de Valente e, já aposentado pelo extinto FUNRURAL, participou ativamente na organização do movimento.

A gente começou aqui, organizando, se organizando, reunindo, fizemos reunião aqui em Valente com um bocado de sindicatos e os sindicatos se propor de trazer os mutilados né? Depois fizemos uma reunião grande em Coité, que a gente botamos na época, trouxemos setecentos mutilado da região sisaleira toda, de Cansação, Nodestina... A região toda. Convidamos governo do estado, governo federal, o ministro da previdência, que era Jarbas Passarinho na época. Só que esse pessoal não veio, mas mandaram representante né? Dessa reunião que aí não decidiu nada, quer dizer: os caras, os cabeceira não veio. Não tão! Não há! O que foi decidido aí, foi um dia todo de reunião, com imprensa... Infelizmente num decidiu nada<sup>13</sup>.

No relato, Geraldo busca detalhar como foi organizado todo o movimento. Ao atravessar o tempo múltiplo da memória e ressignificar suas lembranças, conta que a partir das reuniões realizadas entre os sindicatos, teriam definido como meio de luta inserir os próprios mutilados na reivindicação. A “grande reunião”, que talvez por conta de sua dimensão tenha deixado marcas significativas em sua memória, não teria apresentado resultados, visto que aqueles com o poder de decisão sobre

---

<sup>11</sup> Tribuna da Luta Operária. *Perderam as mãos para não morrerem de fome*. Ano V. Nº 182. 27 ago. a 02 set. 1984, p. 1.

<sup>12</sup> Tribuna da Luta Operária. *A luta dos homens que o sisal mutilou*. Ano V. Nº 182. 27 ago. a 02 set. 1984, p. 10.

<sup>13</sup> Geraldo Alves dos Santos, entrevista citada.



as reivindicações, “os cabeceira”, não estiveram presentes<sup>14</sup>. Realizada na cidade de Conceição do Coité, possivelmente tinha como um dos objetivos expor para a sociedade e para os representantes do governo a dimensão do problema dos mutilados. Afinal, seguindo as linhas do relato, percebe-se que havia preocupação com a quantidade de trabalhadores presentes, como o depoente enfatizou: “trouxemos setecentos mutilados da região sisaleira toda”. Se havia essa quantidade ou um número aproximado, não é a isso que a análise vai se ater; o interessante é verificar por que expressar o número de mutilados é significativo para a memória do depoente.

É provável que a dimensão alcançada por essa segunda reunião, que em parte, se devia a essa maior concentração de mutilados, além da presença de representantes políticos e da imprensa, tenha sido responsável pelas marcas significativas na memória dos participantes. João Araújo, ao lembrar o período, também focaliza essa segunda reunião, não se lembrando das que ocorreram anteriormente e, assim como Gerado, enfatiza que nada foi decidido.

Não consegui nada em Coité porque um cotó\* foi tentar passar uma palha na boca da máquina tentando desfibrar e aquela câmera que tava filmando nós, aí filmou ele, aí eu vi um dizer “ah! Era isso que o homem queria, ele já botou pra isso mesmo, pra isso que o homem queria”, chegou lá deu prova, “eu não disse, aí, os cabra trabalha”. Isso aí deu um rebu desgraçado, foi por isso que não foi resolvido nossa causa em Coité por isso<sup>15</sup>.

Na lembrança de João, havia uma paraibana no local onde a reunião estava sendo realizada, e a feita de um dos mutilados em conseguir desfibrar o sisal, mesmo com uma das mãos apenas, teria servido de prova para os representantes do governo de que a reivindicação era injusta. Essas imagens, que haviam sido captadas pelas câmeras, levaram a reunião ao fracasso; teriam mostrado que os manifestantes não eram inválidos.

O jornal *Tribuna da Luta Operária* noticiou essa reunião dos mutilados, enfatizando as declarações dos representantes políticos presentes, deputados, políticos locais e do superintendente do Instituto Nacional de Assistência Médica da

---

<sup>14</sup> Há uma notícia curta na *Folha de São Paulo* afirmando que uma delegação de mutilados iria à Brasília “pedir aposentadoria ao ministro Jarbas Passarinho.” *Folha de São Paulo. Dropes. 3º Caderno. Local – Educação. 07 out. 1984, p. 27.*

\* Como são conhecidos na região pessoas que apresentam mutilação de uma das mãos.

<sup>15</sup> João dos Santos Araújo, entrevista citada.

Previdência Social (INAMPS), deputados e políticos locais. E, mais uma vez, centralizou o impasse causado pelo novo regulamento.

A manifestação, promovida pela Fetag-Ba e por sindicatos de Trabalhadores Rurais de 13 municípios do Estado, foi mais um importante passo na mobilização dos mutilados para conquistar o direito que lhes é negado pela absurda lei previdenciária, que só autoriza a aposentadoria quando o trabalhador fica com as duas mãos ou braços inutilizados<sup>16</sup>.

Apesar da redação da lei não especificar sobre quais circunstâncias a aposentadoria seria ou não concedida, pois isso ficava a critério do saber médico, o jornal insiste que era necessário ter pelo menos dois membros “inutilizados” para conseguir a aposentadoria por invalidez – fato admitido pelos representantes do INPS, porém relacionado às normas internas e não à legislação em si. O jornal ainda atribui ao evento um importante avanço na mobilização, apesar de, assim como nos depoimentos vistos, não apresentaram nenhum indício de que alguma decisão importante havia sido tomada.

É interessante assinalar que tanto na memória dos depoentes como nas notícias dos jornais, o tema da segurança no trabalho não é contemplado. Só para se ter uma ideia, no *O Grito da Terra*, essa reunião é noticiada sobre a manchete “Vítimas do INPS”<sup>17</sup>. O discurso sempre se centrava no impasse causado pela nova lei, numa realidade criada após o acidente, excluindo do centro do debate outros problemas existentes no trabalho do sisal, e que tornavam possível a existência dos mutilados<sup>18</sup>.

Tendo em vista que a reunião em Conceição do Coité não surtiu resultados, os organizadores do movimento apostaram como tática de luta formar uma comissão e se deslocar até Brasília, para negociar diretamente com o então Ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Tribuna da Luta Operária. *A luta dos homens que o sisal mutilou*. Ano V. Nº 189. 15 a 21 out. 1984, p. 7.

<sup>17</sup> O Grito da Terra. *Vítimas do INPS*. Out. 1984, p. 1.

<sup>18</sup> A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) já realizava nesse período uma pesquisa nas cidades produtoras de sisal da Bahia sobre a incidência dos casos de mutilação. Através dos resultados obtidos, essa mesma instituição desenvolveu um dispositivo de segurança para ser acoplado ao motor, porém só passou a ser utilizado nos anos seguintes. Para mais, ver: FUNDACENTRO. *Dispositivo de proteção poderá prevenir graves acidentes na descorticação do sisal*. *Atualidades em prevenção de acidentes*. v. 15, n. 172, abr, 1984, p. 02-04.

<sup>19</sup> Uma nota no jornal *A Tarde* indica que a audiência com o Ministro foi conseguida por quatro deputados estaduais, que também acompanharam os mutilados. Ver: *A Tarde*. *Audiência*. 02 nov. 1984, p. 6.

Levamos trinta e três mutilados, passamos uma semana todinha lá. Veio imprensa de todo país do mundo porque hoje ainda tá mais fácil, mas naquele tempo você ver trinta e três pessoas de mão cortada. Já começou na estrada, a gente saímos daqui de ônibus né? Lugar que a gente fazia as parada, ponto de apoio, que descia pra almoçar, avemaria! O povo ia todo... Com dez minuto que a gente chegava num restaurante, quando pensar que não, a casa tava cheia. Tava cheia de gente, aí um fala: “rapaz, olhe, tá acontecendo isso” e aí... Ligeirinho assim, enquanto a gente almoçava pra sair tava o “mundo de gente”. E quando nós chegamos lá em Brasília, na Contag, aí... Avemaria! Aí já tinha imprensa de tudo quanto era lugar, e aí no outro dia foi chegando gente. Eu sei que quando a gente saiu de lá já tinha a imprensa do mundo todo que apareceu lá em Brasília. Que é uma coisa terrível, você chegar, o cara que nunca viu uma pessoa de braço cortado chegar lá e ver trinta e três pessoas? A gente saía lá pra ir pros ministérios, aquela “boiada” de homem tudo aleijado [risos]<sup>20</sup>.

Ao relembrar a viagem à Brasília, Geraldo focaliza a reação das pessoas e da imprensa ao se depararem com uma cena incomum: aquela quantidade de pessoas “de braço cortado”. Esse episódio revela a marca trágica dessa história e a ênfase no número de mutilados certamente está relacionada ao impacto visual causado. É notável que apesar de ter uma quantidade imensamente mais expressiva de mutilados na reunião em Conceição do Coité, sua memória não centralizou a reação das pessoas ao se depararem com essa cena, algo que não é difícil de ser explicado: era uma coisa terrível para “o cara” que nunca viu nenhum. Nesse sentido, no âmago do depoimento de Geraldo, nos deparamos com um indício do cotidiano, do habitual: nas cidades produtoras de sisal, presenciar trabalhadores sem mãos era algo corriqueiro, isso decorrente do processo de desfibramento nas máquinas paraibanas, que citamos anteriormente, dotadas de um alto grau de periculosidade aliada à inexistência, até então, de nenhum equipamento de proteção contra acidentes.

No relato de Geraldo, a viagem à Brasília, uma vez ocorrida por conta de um impasse com o INPS, por não conceder a aposentadoria aos trabalhadores lesionados, quando lembrada no presente, ganhou outros contornos, tomou outras direções. Mesmo assinalando como é terrível haver num mesmo lugar tantos homens sem as mãos, é marcado por um tom de aventura, e a lembrança daquela “boiada” de “homem tudo aleijado” caminhando pelos ministérios, provoca-lhe risos. Geraldo ainda contou, entusiasmado, que “jogou bola” com seus companheiros

---

<sup>20</sup> Geraldo Alves dos Santos, entrevista citada.

todas as noites em que esteve na sede da CONTAG, mas não fez referência às negociações no Ministério da Previdência e Assistência Social.

João, que também integrou a comissão por ser uma das vítimas das precárias condições do trabalho no desfibramento do sisal, reduziu sua ida à Brasília nos diálogos travados entre os trabalhadores, deputados e o Ministro.

Ele [o Ministro] disse “ah! Mas eu fui governo da Argentina, e lá na Argentina tinha um homem que tinha os dois braços fraturado e conseguia faturar”. Aí [o deputado estadual] Florir do São Domingos, tava encostado assim – isto lá no palácio da Previdência Social –, aí ele disse “Seu Jarbas, [deixa] eu lhe fazer aqui uma pergunta: o senhor sendo dono de uma empresa de ônibus, de carreta, de caminhão... E precisa de um motorista... Eu tenho capacidade, sou motorista e tenho capacidade de executar minha profissão – ele bateu no meu ombro –, esse moço aqui também é motorista, mas só que ele só tem um membro. Qual dos dois, que o senhor sendo dono de uma empresa, o senhor assina a carteira primeiro? E eu que tenho condições de executar minha profissão ou ele que falta um membro?”. Ele disse “é! Realmente...” [risos]<sup>21</sup>.

Na memória do depoente, os resultados alçados pelo movimento tiveram como base o debate travado entre o ministro e a comissão que foi à Brasília. Na audiência realizada, Jarbas Passarinho havia tentado justificar a posição da Previdência em relação aos mutilados, que como já vimos, era de que mesmo com apenas uma das mãos o trabalhador não estaria incapacitado. Já a comissão, buscava contra argumentar no sentido de que mesmo podendo exercer a atividade, a posição dos empregadores não favoreciam a opção por um trabalhador deficiente. A capacidade de argumentação, sobretudo do deputado estadual Florir – que aliás, era um comerciante de sisal –, que teria deixado o ministro sem respostas, aparece na memória de João como responsável pela vitória do movimento.

Embora presentes num mesmo evento, Geraldo e João o ressignificam de forma bastante diferente, o que evidencia a subjetividade da memória. Prendem-se a fatos bem peculiares cada um; aquilo que os marcou, que tocou seus sentidos à época, e que foi se reelaborando com o passar do tempo. Sobre os desdobramentos posteriores, apenas afirmam que o movimento surtiu os resultados esperados e os mutilados começaram a ser aposentados, mas, sem conseguir trazer com detalhes como isso se deu. Entretanto, para João, algo ainda mais valioso foi conseguido com o movimento: “bom, depois que nós fomos lá [em Brasília], referente ao que nós estávamos conversando, houve algumas promessas, mas que demorou um pouco

---

<sup>21</sup> João dos Santos Araújo, entrevista citada.

de sair, mas o que nós estávamos procurando saiu até o dia de hoje: é poder de luta!”<sup>22</sup>.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A memória não funciona como um mecanismo que pode registrar tudo; que resguarda as lembranças intactas em seu lugar mais ínfimo, permitindo que estas possam ser acessadas pelos sujeitos quando surgir a necessidade. A memória é antes, um mecanismo de seleção, que sofre constantes alterações. Ela não só escolhe, segundo princípios variados e intimamente ligados ao inconsciente, o que deve ser lembrado, como é acometida por mudanças a partir das experiências dos indivíduos com o devir do tempo; sua construção está associada ao vivido (MONTEGRO, 2001).

Em todo o depoimento de Geraldo e de João é interessante perceber a intensidade das marcas deixadas pelas táticas de sobrevivência após sofrerem o acidente; da participação no movimento sindical, na luta pela aposentadoria e a importância atribuída às instituições representativas dos trabalhadores.

O problema dos mutilados ainda seguiria por alguns anos, mas esses trabalhadores voltaram a ser aposentados, porém de forma lenta, visto que embora a mutilação fosse evidente, ainda tiveram que se submeter à perícia médica. Por outro lado, os riscos oferecidos pela paraibana permaneciam, fazendo outras vítimas. Mas, a partir do ano seguinte em que o movimento dos mutilados, o Ministério do Trabalho passaria a adotar medidas que viessem a evitar novos acidentes. Finalmente, o discurso se deslocava de uma ação paliativa representada pela aposentadoria por invalidez, para algo mais eficaz, visando a segurança no trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>22</sup> João dos Santos Araújo. Entrevista citada.

BRASIL. *Decreto nº 83.080 de 24 de janeiro de 1979*. Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.dataprev.gov.br>. Acesso em 09/03/2013.

COLLETI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FUNDACENTRO. *Dispositivo de proteção poderá prevenir graves acidentes na descorticação do sisal*. Atualidades em prevenção de acidentes. v. 15, n. 172, abr, 1984, p. 02-04.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e os desencontros da luta por direitos. In: André Leonardo Chevitarese. (Org.). *O campesinato na História*. 1ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, v. 1, p. 151-181.

\_\_\_\_\_. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACA, Norma. (Org.). *Una Nueva Ruralidad en America Latina?* 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 01-382.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

REVEL, Jaques. (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.